

O Peru salta o muro que Lula quer erguer

29 NOV 1989

Quatro anos depois de mergulhar seu país na aventura populista que resultou na explosão do déficit público e, consequentemente, dos índices de inflação, no seu descrédito externo e na sua impopularidade interna, o governo do presidente "populista" peruano Alan García Pérez rendeu-se à realidade. Para executar um programa de ajuste econômico destinado basicamente a conter a inflação, aceitou um acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI) e concordou em retomar os pagamentos à instituição, suspensos desde 1985.

Ao assumir o poder em julho de 1985, García anunciou medidas semelhantes, ainda que ligeiramente mais moderadas, às que são propostas no programa de governo do PT: a suspensão parcial (total no caso do PT) do pagamento da dívida externa, limitando-o a 10% das receitas com exportações, aumentos dos preços públicos e dos salários do funcionalismo, e congelamento (de preços e da taxa de câmbio). No ano seguinte, o Produto Interno Bruto (PIB) cresceu 8,6% e os salários tiveram aumento real de 26,7%. A contenção da taxa cambial, associada ao congelamento, contribuiu para fazer a inflação baixar de 158% em 1985 para 63% em 1986. A popularidade de Alan García chegava a 90%.

A inconsistência desse tipo de programa, que os brasileiros conhecem bem desde o Plano Cruzado, revelou-se com o crescimento da inflação e com o continuado aumento do déficit público (que passou de 4,4% do PIB em 1985 para 7,9% em 1986 e mais de 10% em 1987). Hoje, o Peru é o campeão latino-americano da inflação, com uma taxa anualizada próxima de 6.000%. E o presidente Alan García, perto do final de seu mandato, sabe que nas próximas eleições o povo tende a votar em massa na oposição chefiada pelo escritor Mario Vargas Llosa.

Ao retomar as negociações com o FMI, o governo peruano começa a passar para o lado daqueles que, na América Latina, preferiram trocar o discurso retrógrado do populismo por medidas eficazes destinadas a combater frontalmente os três principais problemas da região, que são a inflação, o déficit público provocado pelo gigantismo do aparelho estatal e a dívida externa.

Medidas desse tipo já tinham sido adotadas firmemente pelo governo boliviano. O Estado foi reduzido, empresas estatais foram privatizadas, a economia recebeu um "choque de liberdade" (como costuma dizer o senador Roberto Campos) e, sem congelamento nem violências contra as leis do mercado, a inflação baixou de 56,5% **ao mês** (setembro de 1985) para 21,5% **ao ano** (em 1988) e menos do que isso hoje. A receita tributária, que caiu para apenas 1% do PIB, subiu para 12%.

Mais antiga, a luta antiinflacionária do Chile (a inflação, que chegou a 508% em 1973, está hoje em pouco mais de 10% ao ano) também se baseou na liberdade econômica, no combate ao déficit público e na mudança da política distributivista que se praticava numa época em que a economia estava estagnada. O Chile voltou a ser um país de crescimento rápido: no primeiro semestre deste ano, o PIB cresceu 9% em relação a igual período de 1988.

No início deste ano, pouco depois da posse do presidente Carlos Andrés Pérez, os imensos problemas da Venezuela explodiram em saques e combates de rua que resultaram em mais de 250 mortos. A Venezuela vive uma situação difícil. Apesar do bom superávit comercial (mais de US\$ 4 bilhões no primeiro semestre), o país não consegue pagar em dia os juros de sua dívida. A produção deverá cair este ano (previsões consideradas otimistas indicam uma redução de 5,9% do PIB).

Mesmo assim, o presidente Andrés Pérez, de formação populista, resistiu à tentação de adotar um programa como o tentado por Alan García e decidiu combater os problemas com os instrumentos que só agora seu colega peruano começa a aceitar.

Entre os maiores devedores da América Latina, dois decidiram combater vigorosamente seus problemas internos, obtendo, com isso, melhores condições para negociar com os credores externos. Disposto a modernizar rapidamente a economia do México, o presidente Carlos Salinas de Gortari adotou uma série de medidas com o objetivo de promover o enriquecimento do Estado. Além disso, conseguiu prorrogar o pacto de estabilidade firmado com diferentes segmentos da sociedade e cujo resultado mais espetacular foi obtido em agosto, quando a inflação ficou em 1%, com o acumulado de 12 meses atingindo 16,8%, o índice mais baixo dos últimos dez anos. Com esse programa, o México foi o primeiro país a renegociar sua dívida de acordo com o Plano Brady, que prevê a redução da dívida contraída junto aos bancos particulares e o ingresso de dinheiro novo.

Outro grande devedor, a Argentina, governada desde julho por Carlos Saúl Menem, conseguiu domar a inflação (que atingira 196,6% no mês da posse do novo presidente), executando um grande programa de privatização (que inclui até a extinção do monopólio da exploração, produção, refino e comercialização do petróleo) e de redução do Estado, abrindo-se para os investimentos estrangeiros e, como o Peru, voltando a negociar com o FMI, do qual obteve a aprovação de um empréstimo de US\$ 1,5 bilhão.

Assim, depois que também o Peru de Alan García "saltou o muro", só restam do outro lado, nesta América Latina, Cuba e Nicarágua, e no resto do planeta, a China, a Albânia e alguns países da Ásia, propriedades particulares de tiranos doentios... e mais o Brasil, se o Lula chegar lá...